



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DECRETO Nº 52, DE 14 DE ABRIL DE 2020.

**PUBLICADO**

EM 14 DE ABRIL DE 2020

no DOE-ITA, edição nº 66-A/ANO II

40393 - FICOM

PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA PROPAGAÇÃO DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), EM DECORRÊNCIA DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, CONSIDERANDO que:

- que o Município de Itaboraí declarou a situação de emergência em saúde por meio do Decreto nº 31, de 18 de março de 2020;
- a necessidade de atualizar as medidas de proibição, prevenção, controle, contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, tal como isolamento social e quarentena, para o enfrentamento do Novo Coronavírus (COVID-19), em decorrência do aumento de pessoas contaminadas;
- a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19);
- a publicação da Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;
- o Decreto nº 7.616, DE 17 de novembro de 2010, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN;
- a publicação da Portaria nº 356 do Ministério da Saúde, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19);
- que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme o art. 196 da Constituição da República Federativa do Brasil;
- o firme compromisso do Município de Itaboraí com os direitos constitucionais à vida e à saúde, previstos nos artigos 5º, caput, 6º caput da Constituição da República Federativa do Brasil;
- que o nos termos dos artigos 268 e 330 do Código Penal é considerado crimes a desobediência à ordem legal de servidor público e a transgressão à infração de medida sanitária preventiva;
- a possibilidade de decretação de medidas excepcionais para controle da pandemia de Coronavírus, conforme o artigo 3º da Lei Federal nº 13.979/2020;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ

### ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- os termos do Decretos Municipais que estabelecem medidas para evitar a propagação do Novo Coronavírus (COVID-19);
- o disposto no artigo 184, VIII, alínea "h", da Lei Orgânica do Município de Itaboraí,
- o Informe Técnico nº 002/2020 VISA/SSVS e conforme CI/GAB/SAÚDE nº 142/2020, da Secretaria Municipal de Saúde,
- os termos do Decreto Estadual 47.027/2020, de 13 de abril de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da propagação do Novo Coronavírus (COVID-19), em decorrência da situação de emergência em saúde;
- a RECOMENDAÇÃO 008\2020 expedida pela 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do núcleo de Itaboraí;
- a NOTA PÚBLICA PGR-00139806/2020 da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, de 11 de abril de 2020;
- o Decreto Legislativo nº 01, de 27 de março de 2020, expedido pela Câmara de Vereadores, que reconhece o estado de calamidade pública no âmbito do Município de Itaboraí;
- a necessidade de prorrogação das restrições impostas até momento ao funcionamento de atividades empresariais não essenciais que não possam operar no sistema de entrega domiciliar, a distância ou não presencial;
- a necessidade de fomentar medidas para garantir a manutenção do distanciamento social, como a restrição ao funcionamento de atividades empresariais não essenciais que não possam operar com entrega domiciliar, a distância ou de forma não presencial.

#### DECRETA:

**Art. 1º.** Este Decreto prorroga medidas anteriormente adotadas para prevenção ao contágio e enfrentamento da emergência em saúde decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19), bem como reconhece a necessidade de manutenção da situação de emergência no âmbito do Município de Itaboraí;

**Art. 2º.** As feiras livres que realizem a comercialização de produtos de gênero alimentício e que tem papel fundamental no abastecimento local poderão ocorrer, desde que cumpram as determinações oriundas dos Órgãos de Saúde e Vigilância Sanitária e, ainda, que as barracas mantenham distanciamento mínimo de 2 (dois) metros e disponibilizem álcool 70% aos feirantes e público, vedada a permanência continuada e a aglomeração de pessoas nesses locais.

**Art.3º.** Fica autorizado o funcionamento de forma irrestrita de todos os serviços de saúde, como hospitais, clínicas, laboratórios e estabelecimentos congêneres, ainda que esses funcionem no interior de shopping centers, centros comerciais e estabelecimentos congêneres.

**Art. 4º.** O funcionamento de bar, restaurante, lanchonete e estabelecimentos congêneres, limitar-se-á a entrega e retirada de alimentos no próprio estabelecimento ou no sistema delivery, vedado o consumo no local. A presente medida não se aplica aos estabelecimentos sediados no interior

R



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ ESTADO DO RIO DE JANEIRO

de hotéis, pousadas e similares, que deverão funcionar apenas para os hóspedes e colaboradores, como forma de assegurar as medidas de prevenção.

**Art. 5º.** Determino que, com observância de suas competências e atribuições, cada órgão da esfera municipal, como a Guarda Municipal, Departamento de Posturas, Vigilância Sanitária e Defesa Civil, dentre os demais, tomem as medidas necessárias a fim de suspender toda e qualquer forma de reunião presencial que deflagre a aglomeração de pessoas, seja ela de que espécie for.

**Art. 6º.** Ficam mantidas e prorrogadas, até o dia 30 de abril de 2020, a contar da edição do presente decreto as determinações constantes no Decreto nº 30\2020, Decreto nº 31\2020, Decreto nº 35\2020, Decreto nº 36\2020, Decreto nº 43\2020 e Decreto nº 47\2020, que poderão ser reavaliadas, de acordo com a evolução da pandemia e das orientações das autoridades de saúde.

**Art. 7º.** Este decreto entra em vigor a contar da sua publicação.

Itaboraí, 14 de Abril de 2020.

  
SADINOEL OLIVEIRA GOMES SOUZA  
Prefeito

PUBLICADO  
em 14 DE ABRIL DE 2020  
PRODETA edição nº 66-A/ANO II  
40393 - FEGOU